Os grandes grupos econômicos argentinos e seus mortos

21/04/2012



No livro "Disposición Final", o ex-ditador Videla não dá nomes, não menciona empresas. Mas a Argentina conhece bem o papel de grupos multinacionais – a Mercedes Benz, a Fiat, os bancos – e sabe da ação tanto de grandes grupos de comunicação, como o Clarín e o La Nación, que na base da chantagem e da ameaça se apoderaram da empresa Papel Prensa. Algum dia, chegará a vez de esclarecer o enredo de cumplicidade entre poder econômico e ditadura, entre capital e terrorismo de Estado. O artigo é de Eric Nepomuceno.

Por Eric Nepomuceno, publicado originalmente na Carta Maior.

Existe um quê de absurdo na frieza com que o general Jorge Rafael Videla se refere aos mortos que a ditadura militar iniciada por ele mandou matar. Curioso reflexo: se no Brasil o que assombra é a covarde desfaçatez dos militares que negam a realidade, na Argentina o assombro vem de um ditador que assume tudo. Tardou anos, é verdade, mas agora, condenado a duas penas de prisão perpétua e com uma pá de processos e julgamentos pela frente, o prisioneiro de 86 anos de idade resolveu falar. E fala com a gelada naturalidade de quem não fez mais do que cumprir uma missão, de quem fez o que fez para atender interesses que assumiu como dele, e apoiava com entusiasmo. Li, em algum lugar, um comentário certeiro: parece que Videla está falando de crimes cometidos por outros, e não por ele.

De todos os temas escabrosos que estão no livro "Disposición Final", do jornalista Ceferino Reato, um me chamou a atenção: pela primeira vez, se admite claramente que havia uma forte pressão econômica para que o golpe fosse dado. Mais do que pressão, cumplicidade direta.

No meio da maré de barbaridades onde, além de justificar o uso sistemático da tortura, explica como se decidiu assassinar milhares de pessoas, Videla afirma que, em termos estritamente militares, o golpe de 24 de março de 1976 era desnecessário. Liquida, assim, a indigna teoria de 'dois demônios', usada na Argentina e aqui mesmo, no Brasil, para tentar equiparar o terrorismo de Estado com os atos de organizações armadas, também chamadas de 'terroristas', e assim justificar o que foi feito.

Diz Videla que o golpe foi desnecessário, porque durante o mandato interino de Ítalo Luder, que ocupou brevemente em 1975 a presidência durante uma oportuna 'licença médica' da presidente Maria Estela Martínez de Perón, aquela senhora bizarra que usava o codinome de Isabelita, vindo de seus tempos de call-girl em cabarés da cidade do Panamá, foram baixados decretos que autorizavam os militares a 'eliminar' militantes de organizações armadas. Ou seja: para matar quem eles mataram, não seria preciso golpe algum.

Videla comenta, com a serenidade dos perversos: “Nosso objetivo era disciplinar uma sociedade anarquizada. Com relação à economia, o que queríamos era ir para uma economia de mercado, liberal”. Falta explicar quem ‘queríamos’. A delirante petulância messiânica típica dos militares latino-americanos – “disciplinar uma sociedade anarquizada” –, conhecemos bem. Desde quando, porém, militares admitiram o óbvio, ou seja, terem dado um golpe para “ir para uma economia de mercado, liberal”?

Na verdade, o que ele conta dos métodos de controle e de implantação do terrorismo de Estado é tão brutal que esse aspecto parece ter passado meio despercebido pelos jornais na hora de antecipar trechos do livro de Ceferino Reato.

Lá pelas tantas, e contando de uma reunião com empresários, Videla diz ter ouvido a seguinte frase: “Vocês foram tímidos, deveriam ter ido mais longe, tinham de ter matado mais uns mil ou dez mil”. Depois, queixa-se o general, “eles lavaram as mãos. Disseram que fizéssemos o que tínhamos de fazer, e caíram em cima da gente”. A ingratidão dói, sabemos todos. Alguma diferença significativa com o que aconteceu aqui, entre nós?

Videla não dá nomes, não menciona empresas. Mas a Argentina conhece bem o papel de grupos multinacionais – a Mercedes Benz, a Fiat, os bancos – e sabe da ação tanto de grandes grupos de comunicação, como o Clarín e o La Nación, que na base da chantagem e da ameaça se apoderaram da empresa Papel Prensa, monopólio do papel no país, ou a participação de empresas como a cementeira Loma Negra, a laminadora Acindar (controlada por empresas da Bélgica, Espanha e França), ou o estaleiro Astarsa, que acabou falindo em 1994.

Há alguns meses, o mesmo Videla concedeu uma entrevista a Ricardo Angoso, da revista espanhola “Cambio 16”. Nem mesmo a cordial complacência com que Angoso trata seu entrevistado suavizou o peso das palavras de Videla. Que admitiu, com todas as letras, que a ditadura encabeçada por ele manteve, enquanto coalhava o país de mortos e torturados, “excelentes relações” com a Igreja Católica e com o empresariado, a quem, aliás, aproveitou para agradecer a colaboração.

Existe algo de insólito e de importante nessas declarações de Jorge Rafael Videla. Jamais foi segredo para quem quer que fosse que os grandes grupos econômicos instalados na Argentina se beneficiaram imensamente da ditadura. Lembro claramente as palavras de meu amigo Eduardo Luis Duhalde, que já não está entre nós e foi secretário de Direitos Humanos, dizendo que, no fundo, o golpe jamais se justificaria (as organizações armadas estavam militarmente desarticuladas e praticamente aniquiladas, lembrava ele) a não ser para impor uma política econômica que beneficiasse os grandes grupos e afundasse de vez o país. Foi o que aconteceu.

Algum dia, chegará a vez de esclarecer o enredo de cumplicidade entre poder econômico e ditadura. Porque esses grandes grupos também formam parte indissolúvel da ditadura que sufocou a Argentina entre 1976 e 1983. Apoiaram, incentivaram, instigaram, financiaram, participaram – e depois encheram as burras à custa da destruição do país, do massacre de milhares de vidas. Sem esses grupos, o genocídio não teria acontecido.

A Argentina é o país latino-americano que mais avançou no estabelecimento da verdade, no resgate da memória e na implantação da justiça aos responsáveis por crimes de lesa-humanidade. Na recuperação da própria dignidade.

Alguma vez chegará a hora de desvendar oficialmente o que todos sabem ou desconfiam: a cumplicidade entre capital e terrorismo de Estado. O lucro obtido à custa dos 30 mil mortos da ditadura.

Compartilhe nas redes: